

ANTROPOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

ARTURO ESCOBAR*

University of North Carolina, Chapel Hill, Estados Unidos



*aescobar@email.unc.edu ORCID: 0000-0001-5490-8434

Artículo de investigación traducido al portugués en conmemoración de los 20 años de su publicación original en el número 14 de la revista Maguaré en 1999.

Traducido el 3 de diciembre de 2019 por Fabrízia Ribeiro

Cómo citar este artículo:

Escobar, Arturo. 2020. "Antropologia e desenvolvimento".

Maguaré 34, 1: 271-308. DOI: <https://doi.org/10.15446/mag.v34n1.90546>

RESUMO

Este artigo analisa o trabalho de profissionais em antropologia que se dedicam ao campo autodefinido da “antropologia para o desenvolvimento”, tanto aqueles que trabalham dentro das instituições para o fomento do desenvolvimento quanto nos departamentos de antropologia com a preparação dos alunos. Esboça também uma crítica do desenvolvimento e da antropologia para o desenvolvimento, elaborada desde o final da década de 80 por um número crescente de profissionais da área, denominada “antropologia do desenvolvimento”. Finalmente analisa algumas das estratégias possíveis para sair do impasse criado por essas duas posições, a partir do trabalho de antropólogos e antropólogas que experimentam com modos criativos de articular a teoria e a prática antropológica no campo do desenvolvimento.

Palavras-chave: antropologia do desenvolvimento, antropologia para o desenvolvimento, prática antropológica, teoria antropológica.

ANTROPOLOGÍA Y DESARROLLO

RESUMEN

Este artículo analiza el trabajo de profesionales en antropología que trabajan en el autodefinido campo de la “antropología para el desarrollo”, tanto aquellos que trabajan en las instituciones para el fomento del desarrollo como en los departamentos de antropología en la formación de estudiantes en ese campo. Esboza también una crítica al desarrollo y a la antropología para el desarrollo, elaborada desde finales de los ochenta por un número creciente de profesionales del área, denominada “antropología del desarrollo”. Finalmente propone algunas estrategias posibles para salir del atolladero creado por estas dos posiciones, a partir del trabajo de antropólogas y antropólogos que experimentan con modos creativos de articular la teoría y la práctica antropológica en el campo del desarrollo.

Palabras clave: antropología del desarrollo, antropología para el desarrollo, práctica antropológica, teoría antropológica.

ANTHROPOLOGY AND DEVELOPMENT

ABSTRACT

This article analyzes the work of anthropologists drawing up the self-defined field of “anthropology for development,” both those working in promotion and development institutions and training students in anthropology departments. Also, I outline a critique of development and anthropology for development, elaborated since the late 1980s by a growing number of anthropologists in the area labeled “anthropology of development.” Finally, I propose various strategies to move beyond the impasse created by these two positions, focusing on the work of several anthropologists who are experimenting with creative ways of articulating anthropological theory and practice in the field of development.

Keywords: anthropology for development, anthropology of development, anthropological practice, anthropological theory.

INTRODUÇÃO

Desde o início, a antropologia não deixou de nos dar uma lição de grande importância, tão vital hoje em dia quanto foi no século XIX, mas com aspectos diferentes: a historicidade de todos os modelos sociais e o caráter arbitrário de todas as ordens culturais. O estudo das pessoas “selvagens” e “primitivas” lhe foi designado na divisão do trabalho intelectual, que teve lugar no princípio da era moderna; no entanto, manteve sua condição de instrumento de crítica e de questionamento daquilo que se dava por conhecido e estabelecido. Diante do panorama de diferenças com que a antropologia os confronta, as novas ordens de cunho europeu não podem fazer menos do que admitir uma certa instabilidade em seus fundamentos, por mais que se esforcem para eliminar ou domesticar os fantasmas da alteridade. Ao enfatizar na historicidade de todas as ordens existentes e imagináveis, a antropologia apresenta, em face das novas ordens dominantes, um reflexo de sua própria historicidade que questiona radicalmente a noção geral de “Ocidente”. Não obstante, essa disciplina ainda alimenta sua razão de ser com uma experiência histórica e epistemológica, profundamente ocidental, e forma as relações que a sociedade ocidental pode ter com outras culturas do mundo, inclusive com a própria cultura.

Poucos processos históricos propiciaram essa situação paradoxal em que a antropologia parece ter parado, ao mesmo tempo, inexplicavelmente unida ao domínio epistemológico e histórico ocidental, que contém um princípio radical de autocrítica, tanto quanto o processo de desenvolvimento tem feito. “O desenvolvimento” supôs, conforme foi entendido depois da Segunda Guerra Mundial, um processo dirigido a regiões da Ásia, da África e da América Latina para reproduzir as condições que se supunha que caracterizavam as nações economicamente mais avançadas do mundo: industrialização, alta taxa de urbanização e de educação, tecnificação da agricultura e adoção generalizada dos valores e princípios da modernidade, inclusive formas concretas de ordem, de racionalidade e de atitude individual.

Definido dessa maneira, o desenvolvimento implicou simultaneamente no reconhecimento e na negação da diferença. As pessoas que habitam o terceiro mundo se consideram diferentes, uma vez que o desenvolvimento é precisamente o mecanismo por meio do qual essa diferença deveria ser eliminada. O fato de que essa dinâmica de reconhecimento e repro-

vação da diferença se repita indefinidamente em cada novo plano ou em cada nova estratégia de desenvolvimento formulada é reflexo de seu fracasso em cumprir suas promessas e um traço essencial do conceito de desenvolvimento em si mesmo. Se o fenômeno colonial determinou a estrutura de poder dentro da qual a antropologia se desenvolveu, o fenômeno proporcionou, por sua vez, o enquadramento geral para a formação da antropologia contemporânea. Recentemente, a antropologia começou a tentar explicar esse fato.

Os antropólogos e antropólogas, na maior parte das vezes, mostraram-se ambivalentes com respeito ao conceito em questão. Nos últimos anos, foi considerado quase axiomático que o desenvolvimento seja um conceito problemático e que frequentemente contenha um certo grau de intromissão. Esse ponto de vista é aceito por especialistas e pessoas estudiosas em todo o âmbito do espectro acadêmico e político. A última década foi testemunha de um debate ativo e profícuo sobre o tema. Como resultado, temos uma compreensão mais variada da natureza do desenvolvimento e de seus modos de funcionar, inclusive se a relação entre antropologia e desenvolvimento ainda provoca debates acalorados. No entanto, enquanto a equação antropologia/desenvolvimento é compreendida, também é abordada a partir de pontos de vista muito diferentes.

No final da década de 90, é possível distinguir duas grandes correntes de pensamento: por um lado, aquela que favorece um compromisso ativo com as instituições que fomentam o desenvolvimento em favor dos pobres, com o objetivo de transformar a prática do desenvolvimento desde dentro; e, por outro lado, aquela que prescreve o distanciamento e a crítica radical do desenvolvimento institucionalizado. Este artigo examina essas duas perspectivas e analisa as possíveis saídas (e limitações) para o futuro do compromisso antropológico, com as exigências tanto da pesquisa acadêmica e aplicada quanto das intervenções realizadas nesse âmbito.¹

1 Este artigo centra-se fundamentalmente em bibliografia escrita em inglês; portanto, reflete principalmente os debates que se dão na América do Norte e no Reino Unido. Ainda que também dedique atenção a partes da Europa e da América Latina para analisar a relação entre as diversas antropologias do terceiro mundo e o desenvolvimento, seria necessário um artigo adicional e uma maneira diferente de abordar o tema.

A primeira parte do artigo analisa o trabalho dos antropólogos e antropólogas que se dedicam ao campo autodefinido da “antropologia para o desenvolvimento”, ou seja, tanto aqueles que trabalham dentro das instituições para o fomento do desenvolvimento quanto nos departamentos de antropologia com a preparação de estudantes que trabalharão como profissionais nos projetos de desenvolvimento.

A segunda parte esboça uma crítica do desenvolvimento e da antropologia para o desenvolvimento, tal como vem sendo elaborado desde o final da década de 80 por um número crescente de profissionais da área, denominada “antropologia do desenvolvimento”. É óbvio que a antropologia para o desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento têm origem em teorias conflitantes da realidade social (uma, baseada principalmente nas teorias estabelecidas sobre cultura e economia política; e a outra, em formas relativamente novas de análise que dão prioridade à linguagem e ao significado), cada uma com suas receitas correspondentes para a intervenção prática e política.

Na terceira seção do artigo são propostas algumas das estratégias possíveis para sair do impasse criado por essas duas posições, a partir do trabalho de vários profissionais em antropologia que experimentam com modos criativos de articular a teoria e a prática antropológica no campo do desenvolvimento. Esses autores e autoras podem ser considerados, conseqüentemente, artífices de uma poderosa teoria da prática para a antropologia em geral.

A quarta e última parte amplia esta análise com um debate sobre os requisitos de uma antropologia da globalização e do pós-desenvolvimento.

Na conclusão, retomaremos o tema com que iniciamos esta introdução: a antropologia pode se safar desse impasse ao qual parece que foi conduzida pelos determinantes históricos, tanto intrínsecos a ela quanto imputáveis ao desenvolvimento? Para formular isso com as mesmas palavras de dois dos acadêmicos a quem nos referimos na terceira parte, “a antropologia se encontra irremediavelmente comprometida por sua implicação no desenvolvimento geral ou os antropólogos podem oferecer uma alternativa viável aos paradigmas dominantes do desenvolvimento?” (Gardner e Lewis 1996, 49). Essa questão, apresentada na terceira parte, é formulada de modo promissor por parte de um grupo numeroso de profissionais em antropologia que tentam encontrar o caminho entre

a antropologia para o desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento, e se lançam em uma tarefa que todas as pessoas pesquisadoras do tema parecem compartilhar: contribuir para um futuro melhor, por meio do compromisso com os temas em alta do momento – desde a pobreza e a destruição do meio ambiente até a dominação por motivos de classe, gênero e raça– e apoiar, ao mesmo tempo, uma política progressista de afirmação cultural em meio às poderosas tendências globalizadoras.

No processo de definir uma prática alternativa, esses antropólogos e antropólogas reformulam as próprias noções de antropologia “acadêmica” e “aplicada”, o que converte a distinção entre antropologia para o desenvolvimento e antropologia do desenvolvimento em uma questão, novamente, problemática e talvez obsoleta.

A CULTURA E A ECONOMIA NA ANTROPOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

A questão do desenvolvimento continua sem ser resolvida por algum modelo social ou epistemológico moderno. Com isso, refiro-me não apenas à “nossa” incapacidade (por referência ao aparato que dita a política e o conhecimento especializado moderno) para afrontar situações na Ásia, na África e na América Latina, de modo que conduzam a uma melhoria social, cultural, econômica e ambiental constante, mas também a que os modelos em que nos baseamos para explicar e atuar já não geram respostas satisfatórias. Além disso, a crise do desenvolvimento também torna evidente a caducidade dos campos funcionais com que a modernidade havia nos equipado para formular preocupações sociais e políticas relativas à natureza, à sociedade, à economia, ao estado e à cultura.

As sociedades não são os todos orgânicos com estruturas e leis em que acreditávamos até recentemente, mas sim entes fluídos que se estendem em todas as direções graças às migrações, aos deslocamentos além das fronteiras e às forças econômicas. As culturas já não estão restringidas, limitadas e localizadas, na verdade, estão profundamente desterritorializadas e sujeitas a múltiplos cruzamentos. De um modo parecido, a natureza já não pode ser considerada um princípio essencial e uma categoria de base, um campo independente de valor e veracidade intrínsecos, mas sim o objeto de reinvenções constantes, especialmente aquelas provocadas por processos tecno-científicos sem precedentes.

Finalmente, ninguém sabe onde começa nem onde termina a economia, embora os e as economistas, no meio do turbilhão neoliberal e da aparentemente onipotente globalização, atribuam a pretensão de reduzir todos os aspectos da realidade social à economia e estendam sua sombra sobre a vida e a história.

A teoria e a prática do desenvolvimento foram modeladas, em grande parte, por economistas de caráter neoclássico. Um olhar em retrospectiva da antropologia para o desenvolvimento no Banco Mundial, segundo Michael Cernea, uma das figuras de maior destaque nesse campo, referiu-se aos desvios conceituais econocêntricos e tecnocêntricos das estratégias para o desenvolvimento e as considerou “profundamente prejudiciais” (Cernea 1995, 15). Para Cernea, esse desvio “paradigmático” é uma distorção que antropólogos e antropólogas para o desenvolvimento contribuíram para corrigir em grande parte. Sua luta contra esse desvio representa –sempre do ponto de vista de Cernea– um passo importante dentro do processo pelo qual profissionais em antropologia buscaram um espaço sob instituições tão poderosas e prestigiosas como o Banco Mundial, embora não tenha sido sempre assim. O reconhecimento da contribuição potencial do conhecimento antropológico ao desenvolvimento e suas aplicações se deu com lentidão, mas, quando começou, adquiriu um forte impulso próprio. A maior parte das explicações da evolução da antropologia para o desenvolvimento coincidem nessa visão de sua história; propiciada pelo fracasso aparente das abordagens verticalistas de orientação econômica. No começo dos anos 70, teve início a produção de uma reavaliação dos aspectos sociais e culturais do desenvolvimento, o que trouxe oportunidades inesperadas para a antropologia. A “cultura”, que até aquele momento havia constituído uma categoria residual, converteu-se em uma problemática inerente a partir do momento em que as sociedades “tradicionais” foram consideradas imersas no processo de “modernização”, por isso houve a necessidade de um novo tipo de profissional capaz de relacionar a cultura com o desenvolvimento. Isso marcou o desdobramento da antropologia desenvolvimentista (Hoben 1982; Bennet e Bowen 1988; Horowitz 1994; Cernea 1995).²

2 Uma análise mais detalhada da antropologia para o desenvolvimento exigiria desenvolver a história da antropologia aplicada, o que vai além do objetivo

Antropólogas e antropólogos para o desenvolvimento argumentam que em meados dos anos 60 ocorreu uma transformação significativa desse conceito, o que colocou a consideração dos fatores sociais e culturais nos projetos de desenvolvimento em primeiro plano. Essa nova sensibilidade com relação a esses fatores foi produzida depois de reconhecer os precários resultados obtidos por meio das intervenções impostas desde cima, baseadas nas injeções massivas de capital e tecnologia. Essa mudança de rumo político se manifestou claramente no giro efetuado pelo Banco Mundial ao adotar uma política de programas “orientados para a pobreza” –anunciada por seu presidente, Robert Mac Namara, em 1973–, mas também se refletiu em muitos outros âmbitos das instituições para o desenvolvimento, inclusive na Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), assim como em alguns escritórios técnicos das Nações Unidas. Especialistas começaram a aceitar que os pobres, especialmente das zonas rurais, deveriam participar ativamente nos programas caso pretendessem alcançar algum resultado positivo. Tratava-se de “dar prioridade às pessoas” (Cernea 1985). Os projetos deveriam ter um conteúdo social e ser culturalmente adequados, por isso considerariam os beneficiários diretos de um modo substancial. Essas novas preocupações criaram uma demanda inédita de profissionais em antropologia. Ante a diminuição contínua de postos de trabalho dentro do mundo acadêmico, antropólogos e antropólogas rapidamente se beneficiaram da oportunidade de participar nesse novo projeto. Em termos absolutos, a consequência foi um aumento constante no número de profissionais em antropologia que entraram para trabalhar em organizações para o desenvolvimento de vários tipos. Inclusive no Banco Mundial, o bastão do economicismo, o grupo dedicado às ciências sociais cresceu de um único antropólogo, contratado em 1974, para cerca de 60 que trabalham atualmente; além disso, centenas de profissionais em antropologia e outros cientistas sociais de países desenvolvidos e em desenvolvimento têm contatos anuais como consultores externos para projetos pontuais (Cernea 1995).

Tal como acrescenta Cernea, “além de uma mudança nessas cifras, também houve uma mudança profunda” (Cernea 1995, 5). A dimensão

deste artigo. Para uma exposição recente sobre tal história e sua relação com a antropologia para o desenvolvimento, confira Gardner e Lewis (1996).

cultural do desenvolvimento converteu-se em uma parte importante da elaboração teórica e da elaboração de projetos, e o papel de profissionais em antropologia acabou institucionalizado. No início dos anos 80, Hoben podia afirmar que “os antropólogos que trabalham para o desenvolvimento não criaram uma subdisciplina acadêmica (uma Antropologia para o Desenvolvimento), posto que seu trabalho não se caracteriza por um corpo coerente e diferenciado de teorias, de conceitos e de métodos” (1982, 349). Esse ponto de vista foi detalhadamente revisado nos últimos anos. Para começar, a antropologia para o desenvolvimento deu lugar a uma base institucional considerável em diversos países da América do Norte e da Europa.³ Por exemplo, em 1997, criou-se no Reino Unido um “Comitê de Antropologia para o Desenvolvimento” para “favorecer a aplicação da antropologia no desenvolvimento do Terceiro Mundo” (Grillo 1985, 2). Em 1976, três antropólogos criaram o Instituto de Antropologia para o Desenvolvimento em Binghampton, Nova York, desde o início esse Instituto se destacou por seus trabalhos teóricos e aplicados no campo da antropologia para o desenvolvimento. Do mesmo modo, a formação de pessoas licenciadas em antropologia para o desenvolvimento cresce continuamente em muitas universidades, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mas a revisão mais significativa da posição de Hoben vem de especialistas de destaque da década de 90, como Cernea (1995) e Horowitz (1994), que consideram que embora o número de profissionais em antropologia dedicados ao desenvolvimento ainda seja insuficiente com relação ao trabalho que precisa ser realizado, a antropologia para o desenvolvimento está a caminho de converter-se em uma disciplina bem consolidada, tanto no campo acadêmico quanto em sua aplicação.

Quais são os fatores que apoiam o aval que Cernea e Horowitz concedem à sua disciplina? O principal, entre eles, apesar do aumento contínuo de profissionais em antropologia no mundo de desenvolvimento, que se estendeu nos anos 90 à rede crescente de organizações não governamentais e às ONGs, é a visão do papel de antropólogos e antropólogas dentro do desenvolvimento, da importância disso para a teoria do desenvolvimento em seu conjunto e de seu impacto sobre

3 Para uma análise da antropologia para o desenvolvimento na Europa, confira o número especial de *Development Anthropology Network* 10 (1), dedicado a esse tema.

estratégias particulares e projetos concretos. Se revisarmos brevemente esses três argumentos, veremos que em meados dos anos 80 um grupo de profissionais em antropologia para o desenvolvimento formulou o seguinte.

A diferença antropológica é óbvia em cada fase de resolução de problemas: antropólogos e antropólogas criam programas que funcionam porque são culturalmente adequados; corrigem as intervenções que já estão em andamento e que, a longo prazo, não resultariam economicamente factíveis devido à oposição das pessoas; finalmente, realizam avaliações que proporcionam indicadores válidos dos resultados dos programas. Também oferecem os conhecimentos necessários para os intercâmbios culturais; coletam sobre o terreno dados primários imprescindíveis para planificar políticas, ao mesmo tempo em que antecipam e orientam os efeitos sociais e culturais da intervenção (Wulff e Fiske 1987, 10. Tradução própria ao espanhol).

Por meio de sua atuação como intermediários culturais entre aqueles que criam e implementam o desenvolvimento, por um lado, e as comunidades por outro; do levantamento da sabedoria e dos pontos de vista locais; da localização das comunidades e dos projetos locais em contextos mais amplos de economia política; e da consideração da cultura a partir de um ponto de vista holístico, profissionais em antropologia fazem contribuições importantes, para não dizer essenciais, dentro do processo de desenvolvimento.

O resultado é a implementação do desenvolvimento “com mais benefícios e menos contrapartidas” (Cernea 1995, 9). Esse efeito reconhecido foi particularmente importante em algumas áreas, como em projetos de repovoamento, sistemas de cultivo, desenvolvimento de bacias fluviais, gestão de recursos naturais e favorecimento de economias informais, etc. No entanto, profissionais em antropologia para o desenvolvimento consideram que seu papel vai muito além desses campos concretos. Seu papel justifica-se por sua capacidade de oferecer análises detalhadas da organização social que circunscreve os projetos e que está implícita nas atuações da população local, o que resulta ser imprescindível para a pesquisa aplicada. Ao atuar assim, transcendem a dicotomia entre pesquisa teórica e aplicada, enquanto a maior parte do trabalho continua submetida às necessidades urgentes dos projetos em andamento e conseguiram, às vezes, ser considerados para realizar pesquisa a um

prazo mais longo. Essa é a razão pela qual, a partir de seu ponto de vista, antropólogos e antropólogas para o desenvolvimento desempenham papéis fundamentais no processo de desenvolvimento; ao demonstrar que são especialmente úteis, converteram-se em colaboradores cada vez mais aceitos, tanto durante a fase de criação quanto na realização de projetos (Cernea 1995; Horowitz 1994).⁴

Restam dois aspectos finais a serem considerados com respeito ao compromisso entre antropologia e desenvolvimento, tal como proposto pela antropologia para o desenvolvimento. Pode-se dizer que sua prática se baseia em tendências que geralmente são aceitas, tanto do desenvolvimento quanto da antropologia, e que se encontram relativamente imunes às severas críticas que lhes são dirigidas, especialmente a partir da segunda metade dos anos 80. Essas críticas não questionam a necessidade geral do desenvolvimento, mas o aceitam como um fato inevitável e como uma situação real irremediável. Naturalmente, existem aqueles que levam esse debate até o limite dentro do entorno institucional, mas para questionar radicalmente o desenvolvimento seria necessário fazer parte das tendências recentes dentro da antropologia que questionam sua capacidade para defender a diferença cultural. A maior parte de profissionais em antropologia para o desenvolvimento, porém, defendem uma epistemologia realista como a que caracterizou a antropologia cultural e a política econômica dos anos 60. Esses postulados são precisamente os que a antropologia do desenvolvimento pretende colocar a prova. A dissidência interna, sobre essas proposições, costuma manifestar-se ao questionar o simples fato de sua intervenção. Nesse debate, antropólogos e antropólogas para o desenvolvimento encontram-se duplamente atacados, tanto por parte dos defensores do desenvolvimento, que os consideram um obstáculo ou românticos incuráveis, quanto pelos/as profissionais em antropologia

4 Podemos aceitar, sem mais, o que as e os profissionais em antropologia para o desenvolvimento pensam sobre sua contribuição para o desenvolvimento, sem deixar de pontuar que, às vezes, seu ponto de vista é parcial. Cernea, por exemplo, reconhece nos e nas cientistas do Banco Mundial algumas das mudanças que ocorreram em sua política de reposicionamento de populações. Em lugar nenhum menciona o papel que a oposição generalizada e a mobilização local contra os planos de reposicionamento tiveram nessas mudanças em muitas partes do mundo.

acadêmicos/as que os criticam a partir de um ponto de vista moral e intelectual (Gow 1993). Os debates sobre o “dilema” da antropologia para o desenvolvimento –implicar-se ou não se implicar– são propostos e, geralmente, resolvidos a favor da implicação por motivos tanto práticos quanto políticos. Os argumentos mais interessantes advogam pelo comprometimento em dizer as coisas assim como são aos poderosos –o que colocaria os/as profissionais em antropologia em uma situação difícil– ou então sustentam uma variedade de papéis para os/as profissionais em antropologia, desde o intervencionismo ativo até a rejeição declarada (Grillo 1985; Swantz 1985). Esse dilema se acentua ao contrapor a antropologia para o desenvolvimento à antropologia do desenvolvimento. Agora nos ocuparemos em analisar a segunda articulação da relação entre antropologia e desenvolvimento.

LINGUAGEM, DISCURSO E ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Ao final desta seção falaremos sobre as pontes que devem ser estabelecidas entre a antropologia para o desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento, e também sobre as críticas que devem ser mutuamente realizadas. Chegou o momento de caracterizar o que chamamos de antropologia do desenvolvimento. Assim como ficará evidente, a antropologia do desenvolvimento está baseada em um corpo teórico muito distinto, de origem recente e em grande medida associado com a etiqueta de “pós-estruturalismo” que leva a uma visão distinta e inesperada do desenvolvimento. Seria impossível resumir aqui os pontos básicos do pós-estruturalismo, mas é importante ressaltar que, em contraste com as teorias liberais baseadas no indivíduo e no mercado, e com as teorias marxistas baseadas na produção, essa tendência destaca o papel da linguagem e do significado na constituição da realidade social. Segundo o pós-estruturalismo, a linguagem e o discurso não são considerados um reflexo da realidade social, mas parte dela, e argumenta-se que é por meio da linguagem e do discurso que a realidade social é construída de maneira inevitável. O conceito de discurso permite aos teóricos ir além dos dualismos crônicos inerentes à maior parte da teoria social, aqueles que separam o ideal do real, o simbólico do material e da produção do significado, dado que o discurso abarca todos. Esse conceito foi aplicado a um certo número de disciplinas

acadêmicas recentemente, desde a antropologia até a geografia, além dos estudos culturais e dos estudos feministas.

Desde seu início, considerou-se que “o desenvolvimento” existia, na verdade, “por si só”, de um modo sólido e material. Ele também foi considerado um instrumento válido para descobrir a realidade, uma linguagem neutra, que pode ser empregada de forma inofensiva e utilizada para diversos fins segundo a orientação política e epistemológica desejada pelos seus usuários. Tanto na ciência política quanto na sociologia, assim como na economia e na economia política, falou-se do desenvolvimento sem questionar seu estado ontológico. Depois de identificada como teoria da modernização ou inclusive com conceitos como dependência ou mundialização, e tendo sido qualificada a partir do “desenvolvimento de mercado não intrusivo” até autodirigido, sustentável ou ecológico, os sinônimos e adjetivos do termo *desenvolvimento* se multiplicaram sem que o substantivo em si tenha sido considerado basicamente problemático. Essa tendência aparentemente acrítica foi mantida ao longo da era do desenvolvimento; contudo, um comentarista do estúdio de linguagens do desenvolvimento o formulou da seguinte maneira: “como exercício de estudo e de experimentação, um dos impulsos fundamentais daqueles que publicam artigos sobre o desenvolvimento com a intenção de definir, categorizar e estruturar um campo de significado heterogêneo e de crescimento contínuo” (Crush 1995a, 2). Ainda que se haja questionado acidamente o significado desse termo, a ideia básica do desenvolvimento em si permaneceu inalterada; o desenvolvimento é considerado um princípio central organizador da vida social, o que influencia a Ásia, a África e a América Latina a se definirem como subdesenvolvidas e que suas populações se encontrem irremediavelmente necessitadas de “desenvolvimento”, seja qual for a forma que ele tiver.

A antropologia do desenvolvimento começa por questionar a própria noção de desenvolvimento ao argumentar que, em um ambiente pós-estruturalista, se pretendemos entendê-lo, devemos examinar como foi entendido ao longo da história, a partir de quais perspectivas, com quais princípios de autoridade, com quais consequências e para quais grupos de população em particular. Como surgiu esse modo concreto de entender e de construir o mundo, ou seja, o “desenvolvimento”? Quais graus de veracidade? Quais silêncios a linguagem do desenvolvimento

trouxe consigo? No que diz respeito à antropologia do desenvolvimento, portanto, não se trata tanto de oferecer novas bases para melhorá-lo, mas de examinar os mesmos fundamentos sobre os quais o desenvolvimento foi construído como objeto de pensamento e de prática. Seu objetivo? Desestabilizar aquelas bases com fim de modificar a ordem social que regula o processo de produção da linguagem. O pós-estruturalismo proporciona novas ferramentas para realizar uma tarefa que sempre esteve situada no centro da antropologia, ainda que em poucas ocasiões tenha sido realizada: “desfamiliarizar” o familiar. Tal como Crush afirma:

o discurso do desenvolvimento, o modo em que produz seus argumentos e estabelece sua autoridade, a maneira em que interpreta um mundo, são normalmente considerados como óbvios e, portanto, não merecedores de atenção. A intenção primária da análise discursiva é tentar fazer com que o óbvio se torne problemático. (Crush 1995a, 3)

Outro grupo de autoras e autores, mais comprometidos com a tarefa de “desfamiliarização”, tentou converter a linguagem do desenvolvimento em impronunciável, transformar os modelos básicos do discurso do desenvolvimento –mercados, necessidades, população, participação, ambiente e planejamento– em “palavras contaminadas” que os especialistas não pudessem utilizar com a mesma impunidade com que haviam feito até o momento (Sachs 1992).

Um fator importante ao pensar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva pós-estruturalista foi a crítica das representações que os ocidentais faziam dos europeus, propiciada pelo livro de Edward Said, *Orientalismo*. Sua afirmação inicial ainda é válida:

“minha opinião é que, sem examinar o orientalismo como discurso” não poderemos nunca compreender a disciplina terrivelmente sistemática por meio da qual a cultura europeia pôde administrar e inclusive produzir o Oriente a partir de um ponto de vista político, sociológico, ideológico, científico e criativo durante o período posterior ao Iluminismo. (Said 1979, 3)

Pelo mesmo procedimento, o filósofo zairense Valentin Mudimbe apresenta a questão de estudar “o fundamento de um discurso sobre a África... o modo em que os mundos africanos foram estabelecidos como realidades para serem estudadas” (Mudimbe 1988, xi), enquanto Chandra

Mohanty (1991) interrogava os textos que começavam a proliferar sobre “as mulheres dentro do desenvolvimento” durante os anos 70 e 80 com referência ao diferencial de poder que inevitavelmente promulgavam a partir de sua visão de mulheres do Terceiro Mundo, implicitamente carentes do que suas homólogas do Primeiro Mundo haviam conseguido.

A partir dessas proposições, Ferguson colaborou com o argumento mais poderoso a favor da antropologia do desenvolvimento. Assim como “civilização” no século XIX, “desenvolvimento” é o termo que descreve, não apenas um valor, mas também um modelo interpretativo ou problemático por meio do qual conhecemos as regiões empobrecidas do mundo. Dentro desse âmbito interpretativo, adquirem sentido e uma infinidade de observações cotidianas se tornam inteligíveis (Ferguson 1990, XIII).

Com base nesses e em outros trabalhos relacionados, a análise discursiva do desenvolvimento –e da antropologia do desenvolvimento em particular, já que os/as profissionais em antropologia foram fundamentais para esta crítica– deslanchou ao final dos anos 80 e continuou ao longo da década de 90. Os analistas ofereceram “novos modos de compreender o que é o desenvolvimento e o que ele faz” (Crush 1995a, 4),⁵ concretamente o que segue.

Para começar uma maneira diferente de apresentar “a questão do desenvolvimento” por si só, as seguintes perguntas são sugeridas: de que modo o “Terceiro Mundo” foi constituído como uma realidade aos olhos do conhecimento especializado moderno? Qual foi a ordem do conhecimento –o regime de representação– que surgiu junto com a linguagem do desenvolvimento? Até que ponto essa linguagem colonizou a realidade social? Essas perguntas não poderiam ser propostas se nos limitássemos aos paradigmas do passado, aqueles que davam por certo que o desenvolvimento constituía um instrumento válido para descrever a realidade.

5 Entre a primeira “fornada” de livros dedicados exclusivamente à análise do desenvolvimento como discurso com colaborações antropológicas figuram: Ferguson (1990); Apfel-Marglin e Marglin (1990); Sachs (1992); Escobar (1995); Crush (1995b). Para uma bibliografia mais completa sobre esse tema, confira Escobar (1995a). Uma análise relacionada do desenvolvimento entendido como campo semântico e institucional pode ser encontrada em Baré (1987). Atualmente, essas análises se multiplicam e diversificam em muitas dimensões, como veremos mais adiante.

Uma visão do desenvolvimento como invenção, como experiência historicamente singular, que não foi natural nem inevitável, mas o produto de processos históricos identificados. Inclusive se suas raízes se estendem até o desenvolvimento do capitalismo e da modernidade – o desenvolvimento foi considerado parte de um mito originário profundamente enraizado na modernidade ocidental –, o final dos anos 40 e da década de 50 trouxeram consigo uma globalização do desenvolvimento e uma proliferação de instituições, organizações e formas de conhecimento relacionadas com o termo. Dizer que o desenvolvimento foi uma invenção não corresponde a rotulá-lo como mentira, mito ou conspiração, mas a declarar seu caráter estritamente histórico e, no estilo antropológico tradicional, diagnosticá-lo como uma forma cultural concreta que se enquadra em um conjunto de práticas que podem ser estudadas etnograficamente. Ao considerar o desenvolvimento uma invenção, sugere-se que pode ser “desinventada” ou reinventada de formas muito distintas.

Desenhar um “mapa” do regime discursivo do desenvolvimento, ou seja, uma visão do aparato de formas e instituições de conhecimento especializado que organizam a produção, de formas de conhecimento e de estilos de poder, estabelece relações sistemáticas em seu centro e resulta em um diagrama concreto de poder. Esse é o ponto central da análise pós-estruturalista do discurso em geral: a organização da produção simultânea de conhecimento e poder. Tal como Ferguson (1990) afirmou, cartografar o aparato de conhecimento/poder trouxe à luz aqueles que “realizavam o desenvolvimento” e seu papel como produtores de cultura. Dessa maneira, o olhar do analista deslocou-se desde os chamados beneficiários e objetivos do desenvolvimento na direção dos técnicos sociais supostamente neutros do aparato vinculado ao desenvolvimento. A que se dedicam em verdade? Por acaso não produzem cultura, modos de compreensão, transformações das relações sociais? Longe de ser natural, o trabalho do aparato vinculado ao desenvolvimento pretende precisamente conseguir objetivos muito concretos: a estatização e a governamentalização da vida social, a despolitização dos grandes temas, a inserção de países e comunidades nas economias mundiais e a transformação das culturas locais em sintonia com os padrões e tendências modernos; isso inclui a extensão às comunidades do Terceiro Mundo, de práticas culturais de origem moderna baseadas

em noções de individualidade, racionalidade, economia, etc. (Ferguson 1990; Ribeiro 1994a).

Também resultou importante para essas análises trazer uma visão de como o discurso do desenvolvimento variou ao longo dos anos –desde sua ênfase no crescimento econômico e na industrialização nos anos 50, até a proposta de sustentabilidade na década de 90– e conseguiu, no entanto, manter intacto um certo núcleo de elementos e de relações. Conforme o aparato vinculado ao desenvolvimento incorporava novos domínios a sua área de influência, certamente ia sofrendo mudanças, embora sua orientação básica nunca tenha chegado a ser questionada. Independentemente do adjetivo aplicado, o desenvolvimento nunca foi questionado de uma forma radical.

Portanto, a relação existente entre os discursos do desenvolvimento e da identidade recebe cada vez mais atenção. De que maneira esse discurso contribuiu para moldar as identidades de povos de todas as partes do mundo? Quais diferenças podem ser detectadas, nesse sentido, entre classes, gêneros, raças e lugares? Os trabalhos recentes sobre hibridação cultural podem ser interpretados à luz dessa consideração (García Canclini 1990). Outro aspecto da questão da subjetividade que, em parte, recebeu atenção parcial, é a pesquisa antropológica da circulação de conceitos de desenvolvimento e de modernidade em contextos do Terceiro Mundo. Como esses conceitos são usados e como se transformam? Quais são seus efeitos e seu funcionamento após ser introduzido em uma localidade do Terceiro Mundo? Qual é a sua relação tanto com as histórias locais quanto com os processos globais? Como as condições globais são processadas em contextos locais, o que inclui condições de desenvolvimento e modernidade? Quais são os modos concretos que as pessoas as utilizam para negociar suas identidades? (Dahl e Rabo 1992; Pigg 1992).

A análise do desenvolvimento como discurso conseguiu criar um subcampo: a antropologia do desenvolvimento, relacionada, mas diferente de outros subcampos inspirados pela economia política, pela mudança cultural ou por outros marcos de referência surgidos nos últimos anos. Ao aplicar teorias e métodos desenvolvidos fundamentalmente no âmbito das humanidades aos antigos problemas das ciências sociais (desenvolvimento, economia, sociedade), a antropologia do desenvolvimento permitiu que os pesquisados se situassem em espaços distintos e contemplassem a realidade de uma maneira diferente. Atualmente,

aspectos como os antecedentes históricos do desenvolvimento recebem atenção, especialmente a transição desde a situação colonial até a situação do desenvolvimento; os perfis etnográficos de instituições de desenvolvimento concretas (desde o Banco Mundial até as ONGs progressistas); as linguagem e subcampos; a pesquisa dos protestos e das resistências que se opõem às intervenções ligadas ao desenvolvimento, e as biografias e autobiografias críticas dos encarregados de colocar o desenvolvimento em prática. Essas pesquisas produzem uma visão mais diversificada da natureza e dos modos de funcionar dos discursos a favor do desenvolvimento que as análises dos anos 80 e início dos anos 90 pareciam sugerir.

Finalmente, a noção de “pós-desenvolvimento” converteu-se em um recurso heurístico para reaprender a ver a realidade em comunidade da Ásia, da África e da América Latina. O pós-desenvolvimento refere-se à possibilidade de diminuir o domínio das representações do desenvolvimento quando determinadas situações são contempladas nessas regiões. O que ocorre quando não contemplamos essa realidade por meio dos planos de desenvolvimento? Assim como mencionou Crush, existe alguma maneira de escrever (e de falar e pensar) além da linguagem do desenvolvimento? (Crush 1995a, 18). O pós-desenvolvimento é uma maneira de considerar essa possibilidade, uma tentativa de abrir um espaço para outros pensamentos, para ver outras coisas, para escrever em outras linguagens. O pós-desenvolvimento, de fato, encontra-se sempre em construção em todos e em cada um dos atos de resistência cultural diante dos discursos e práticas impositivas ditadas pelo desenvolvimento e pela economia. A “desfamiliarização” das descrições do desenvolvimento sobre a qual se baseia a ideia de pós-desenvolvimento contribui para dois processos diferentes: reafirmar o valor das experiências alternativas e os modos de conhecimento distintos, revelar os lugares comuns e os mecanismos de produção de conhecimento que, nesse caso, são considerados inerentemente políticos, em outras palavras, relacionados ao exercício de poder e da criação de modos de vida. O corolário desta pesquisa é questionar se o conhecimento pode ser produzido de alguma maneira diferente. Para os/as profissionais em antropologia e outros/as especialistas que reconhecem o íntimo vínculo do conhecimento especializado com o exercício de poder, a situação apresenta-se da seguinte forma: como deveríamos

nos comportar como produtores de conhecimento? Como se articula uma ética de conhecimento especializado considerado como prática política? Voltaremos a essa questão no final do artigo.

ANTROPOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Para uma nova teoria da prática e uma nova prática da teoria

A antropologia para o desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento expõe reciprocamente seus próprios defeitos e limitações, poderíamos dizer que elas riem uma da outra. Os/as profissionais em antropologia para o desenvolvimento consideram as críticas pós-estruturalistas moralmente errôneas porque em seu entender conduzem à falta de compromisso em um mundo que precisa desesperadamente da colaboração da antropologia (Horowitz 1994). Também consideram que se centrar no discurso é passar por cima de questão que tem a ver com o poder, já que a pobreza, o subdesenvolvimento e a opressão não são questões de linguagem, mas sim questões históricas, políticas e econômicas. Essa interpretação da antropologia do desenvolvimento provém claramente de uma falta de compreensão da abordagem pós-estruturalista, que, tal como seus defensores alegam, aborda as condições materiais do poder, da história, da cultural e da identidade. Para aprofundar essa argumentação, os/as profissionais em antropologia para o desenvolvimento alegam que a crítica pós-estruturalista é uma manobra intelectual própria de intelectuais ocidentais e que não responde de nenhum modo aos problemas intelectuais ou políticos do Terceiro Mundo (Little e Painter 1995); o que desconsidera intencionalmente o fato de que os/as ativistas e intelectuais do Terceiro Mundo tenham se situado na vanguarda dessa crítica e que um número crescente de movimentos sociais considerem-no útil para reforçar suas lutas. Outra crítica é que a antropologia para o desenvolvimento é profundamente problemática ao subscrever-se em um marco de referência –o desenvolvimento– que possibilitou uma política cultural de domínio sobre o Terceiro Mundo. Ao fazer isso, contribuem ao estender para a Ásia, a África e a América Latina um projeto de transformação cultural baseado, em geral, nas experiências da modernidade capitalista. Com frequência, trabalhar para instituições como o Banco Mundial e para processos de “desenvolvimento induzido” representa para os críticos parte do problema e não parte da solução (Escobar 1991).

A antropologia do desenvolvimento traz à luz a violência silenciosa contida no discurso do desenvolvimento, enquanto os/as profissionais em antropologia para o desenvolvimento, do ponto de vista daqueles que os criticam, não podem sair inocentes dessa violência.

Essas diferenças são muito significativas: enquanto os/as profissionais em antropologia para o desenvolvimento se concentram na evolução de seus projetos, no uso do conhecimento para elaborar projetos de acordo com a situação e com a cultura de seus beneficiários, assim como na possibilidade de contribuir para aliviar as necessidades dos pobres, os/as profissionais em antropologia do desenvolvimento centram suas análises no aparato institucional, nos vínculos com o poder estabelecidos entre o conhecimento especializado na análise etnográfica e a crítica dos modelos modernistas, bem como na possibilidade de contribuir para os projetos políticos das pessoas desfavorecidas. Talvez o ponto mais fraco da antropologia para o desenvolvimento seja a ausência de uma teoria de intervenção que vá além das intervenções retóricas sobre a necessidade de trabalhar a favor das pessoas pobres. De maneira similar, a antropologia para o desenvolvimento sugere que o ponto mais fraco da antropologia do desenvolvimento não é muito diferente, já que se apoia em como dar um sentido político prático a suas críticas teóricas. A política da antropologia do desenvolvimento baseia-se em sua capacidade de propor alternativas em sintonia com as lutas a favor do direito à diferença, em sua capacidade de reconhecer focos de resistência comunitária capazes de recriar identidades culturais, bem como em sua tentativa de refrescar uma fonte de poder que havia permanecido oculta.

Mas nada disso constitui um programa profundamente elaborado com vistas ao “desenvolvimento alternativo”. O que está em jogo entre as duas tendências, em última instância, é comparável, embora seja distinto: os/as profissionais em antropologia para o desenvolvimento arriscam suas altas remunerações por seus trabalhos de consultoria e seu desejo de contribuir para um mundo melhor, enquanto para profissionais em antropologia do desenvolvimento o que está em jogo são seus títulos acadêmicos e seu prestígio, assim como o objetivo político de contribuir na transformação do mundo será muito melhor se puder ocorrer em conjunto com os movimentos sociais.

Apesar do fato de que essas duas tendências opostas –necessariamente simplificadas dado a brevidade deste artigo– se sobrepõem em parte, não é nada fácil reconciliá-las. Existem, no entanto, várias tendências que apontam nessa direção e falaremos delas nesta seção como requisito para o desenho de uma nova prática. Uma série de estudos sobre as linguagens do desenvolvimento aos quais já nos referimos anteriormente (Crush 1995a), por exemplo, aceitam o desafio de analisar os “textos e palavras” do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que negam que “a linguagem seja a única que existe” (Crush 1995a, 5). “Muitos dos autores que participam neste volume” –escreve o editor em sua introdução– “procedem de uma tradição de economia política que defende que a política e a economia têm uma existência real que não pode ser reduzida ao texto que as descreve e as representa” (Crush 1995a, 6). Crush acredita, porém, que a virada textual, as teorias pós-coloniais e feministas e as críticas com respeito ao domínio dos sistemas de conhecimento ocidentais proporcionam chaves cruciais para entender o desenvolvimento, “novos modos de compreender o que o desenvolvimento é e o que ele faz e porque parece tão difícil imaginar uma maneira de superá-lo” (1995a, 4). A maior parte dos/as profissionais em geografia e antropologia que contribuíram no volume citado encontra-se comprometida, em maior ou menor grau, com a análise discursiva, embora a maior parte deles também se mantenha em uma tradição de economia política acadêmica.

O argumento mais esperançoso e construtivo com vistas a uma convergência entre a antropologia para o desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento foi proposto recentemente por parte de dois antropólogos com uma grande experiência em instituições para o desenvolvimento e com uma compreensão profunda da crítica pós-estruturalista (Gardner e Lewis 1996). Para eles, tanto a antropologia quanto o desenvolvimento enfrentam uma crise pós-moderna e essa crise é a base para que se estabeleça uma relação distinta entre ambas as tendências. Aceitam a crítica discursiva como válida e essencial para essa nova relação, não deixam de insistir na possibilidade de mudar o curso do desenvolvimento “tanto com apoio à resistência ao desenvolvimento quanto com trabalho a partir do interior do discurso para desafiar e desmontar suas suposições” (1996, 19). Seu esforço está orientado entre a crítica discursiva por um lado e o planejamento concreto e as práticas políticas por outro, fundamentalmente naqueles contextos

que acreditam que oferecem mais esperanças: a pobreza e as desigualdades por gênero. O desmantelamento das suposições e das relações de poder do desenvolvimento é considerado uma tarefa essencial para aqueles que se dedicam a colocar o desenvolvimento em prática. Enquanto reconhecem que o caminho em direção ao compromisso antropológico no âmbito do desenvolvimento encontra-se “repleto de dificuldades” (1996, 77) e é “altamente problemático” (1996, 161) –dados os dilemas éticos, os riscos de corrupção e as apressadas etnografias que os/as profissionais em antropologia para o desenvolvimento devem elaborar frequentemente– acreditam, porém, que as abordagens antropológicas são importantes no planejamento, na execução e no assessoramento de intervenções não opressivas para o desenvolvimento. Recordemos quais são as suas conclusões.

A essas alturas deveria estar claro que a relação da antropologia com o desenvolvimento encontra-se repleta de contradições. No contexto pós-moderno/pós-estruturalista da década de 90, as duas abordagens (a pós-estruturalista e a aplicada) parecem estar mais distantes do que nunca, ainda que não tenha por que ser necessariamente assim. Certamente, ao passo que é absolutamente necessário desentranhar e desmontar “o desenvolvimento”, se os/as profissionais em antropologia pretendem fazer contribuições politicamente significativas para os mundos em que trabalham, devem manter uma conexão entre conhecimento e ação. Isso significa que o uso da antropologia aplicada, tanto dentro quanto fora da indústria do desenvolvimento, deve continuar tendo um papel, ainda que de maneira distinta e com o uso de paradigmas conceituais diferentes dos que foram utilizados até o momento (Gardner e Lewis 1996, 153).

Trata-se, então, de uma proposta muito ambiciosa, embora construtiva, para superar o ponto morto atual. O que está em jogo é uma relação entre a teoria e a prática, uma nova prática da teoria e uma nova teoria da prática. Quais paradigmas conceituais diferentes devem ser criados para que essa proposta seja viável? Esses novos paradigmas exigem uma transformação significativa da “antropologia aplicada”, tal como aconteceu até hoje, e talvez inclusive uma reinvenção radical da antropologia fora do contexto acadêmico e das relações entre ambas que conduzam à dissolução da própria antropologia aplicada? Um certo número de profissionais em antropologia que trabalham em diferentes campos –desde a antropologia e do transnacionalismo

político até as desigualdades por questões de gênero e raça— esforçou-se há certo tempo para alcançar uma prática desse tipo.

Repassaremos brevemente o trabalho de quatro profissionais em antropologia a fim de extrair algumas conclusões com vistas a uma renovada articulação entre antropologia e desenvolvimento e entre teoria e prática antes de concluir com algumas considerações gerais sobre a antropologia da globalização e suas implicações para essa disciplina como um todo.

Esses/as profissionais em antropologia trabalham de lugares diferentes e com graus de experiência e de compromisso que também variam, no entanto, todos tentam ampliar os limites de nosso pensamento com respeito à teoria antropológica e à prática do desenvolvimento e sugerem distintos tipos de análise da articulação da cultura e do desenvolvimento no complexo mundo atual.

Com uma experiência de trabalho que abarca quase quatro décadas na região de Chiapas, ao sul do México, June Nash representa o melhor da tradição antropológica de compromisso a longo prazo com uma comunidade e com uma região em um contexto em que foi testemunha de mudanças espetaculares desde que chegou à região no final dos anos 50. O capitalismo e o desenvolvimento, assim como a resistência cultural, foram fatores onipresentes durante esse período, bem como a preocupação da antropóloga e seu compromisso crescente com o destino das comunidades de Chiapas. Suas análises não apenas foram essenciais para compreender a transformação histórica dessa região, desde tempos anteriores à conquista até o presente, mas ainda foram extremamente úteis para explicar a gênese da reafirmação da identidade indígena durante as duas últimas décadas, das quais o levantamento zapatista constitui somente sua manifestação mais visível e espetacular. Por meio desses estudos, Nash revela uma série de tensões básicas para a compreensão da situação atual: entre a mudança e a manutenção da integridade cultural; entre a resistência ao desenvolvimento e a adoção seletiva de inovações, para manter um certo grau de equilíbrio cultural e ecológico; entre as práticas culturais compartilhadas e a heterogeneidade significativa, e as hierarquias internas de classe e gênero; entre a manutenção de fronteiras locais e a crescente necessidade de alianças regionais e nacionais; entre a comercialização do artesanato tradicional e seu impacto sobre a transmissão cultural. Essas tensões, juntamente com outras preocupações que vem de antes, como seriam as relações

mutáveis entre gêneros, raças e grupos linguísticos em Chiapas, e em toda a América Latina, são os aspectos mais destacados do trabalho de Nash (Nash 1970; 1993a; 1993b; 1995; 1997).

Já em seu primeiro escrito importante, Nash redefiniu o trabalho de campo como “observação participativa, combinada com a obtenção massiva de dados” (Nash 1970, xxiii). Essa abordagem aumentou em complexidade quando ela viveu em Chiapas no início dos anos 90 -depois de ter realizado trabalhos de campo na Bolívia e em Massachusetts—um presságio, em muitos sentidos, da mobilização zapatista de 1994, que a levou a desempenhar o papel de testemunha internacional e observadora das negociações entre o Governo e zapatistas e difundir ativamente a informação sobre esse movimento em publicações especializadas em temas indígenas (Nash 1995). Em sua interpretação da situação de Chiapas, o desenvolvimento adquire um significado alternativo quando os movimentos sociais da região pressionam, por um lado, em direção a uma combinação de autonomia cultural e de democracia e, por outro, em direção a uma construção de infraestruturas materiais e institucionais para melhorar as condições de vida locais. As “identidades situacionais” emergentes (Nash 1993) são um modo de anunciar, depois de 500 anos de resistência, a chegada de um mundo pós-moderno alentador de existências pluriétnicas e pluriculturais (Nash 1997). O trabalho exemplar de Nash, antropóloga comprometida e preocupada com o desenvolvimento, é complementado com seu papel ativo: ao conseguir bolsas estudantis para seus projetos de trabalho de campo e com a publicação de seus artigos em espanhol. Também é válida a tentativa de levar a seu país natal algumas das preocupações relacionadas com classe, gênero e raça em seus estudos sobre os efeitos derivados ao alterar as práticas empresariais nas comunidades locais de Massachusetts, entre os quais figuram as tentativas de desenvolvimento realizadas pela comunidade depois da redução generalizada de empregos (Nash 1989). As contribuições de Nash para a antropologia feminista e para os estudos de classe e etnicidade na antropologia latino-americana foram de grande importância.

Esse interesse de Nash em contextos mais amplos, em que as comunidades locais defendem suas culturas e o desenvolvimento é repensado, adquire especial importância para o antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro. Entre seus primeiros artigos figura um estudo em que

um tema clássico de antropologia para o desenvolvimento— um projeto hidroelétrico em grande escala em uma zona povoada— constitui talvez o estudo etnográfico mais sofisticado desse tipo até o momento.

Ao contrário do que ocorre na maior parte dos estudos antropológicos sobre a realocação de populações, o estudo de Ribeiro continha uma etnografia substancial de todos os grupos implicados, o que inclui as comunidades locais, urbanizadores, entes e instituições governamentais e os quadros de referência regionais e transnacionais que relacionavam todos entre si. Convencido de que, para compreender o drama do desenvolvimento e saber em que consiste é preciso explicar as complexas relações estabelecidas pela interação das estruturas locais e supralocais (Ribeiro 1994a, XVIII), Ribeiro passou a examinar a nascente condição de transnacionalidade, bem como seu impacto sobre os movimentos sociais e o debate ambiental em geral (Ribeiro 1994b; Ribeiro e Little 1996). Desde seu ponto de vista, as novas tecnologias são básicas para explicar uma sociedade cada vez mais transnacional, representada em grandes acontecimentos multitudinários tais como shows de rock e conferências das Nações Unidas do tipo da Cúpula da Terra, celebrada no Rio de Janeiro em 1992, acontecimento que, para Ribeiro, indicou o reconhecimento público da transição definitiva ao estado transnacional. Entre outras coisas, Ribeiro mostra como o neoliberalismo e a globalização, ao mesmo tempo em que é um campo político complexo, não têm efeitos nem resultados uniformes, mas dependem das negociações realizadas por aqueles diretamente afetados. Ao se concentrar na região do Amazonas, esse autor examina detalhadamente os tipos de instituições impulsionadas entre os grupos locais pelos novos discursos de ambientalismo e globalização (Ribeiro e Little 1996).

A etnografia de Ribeiro do setor ambiental brasileiro —que abarca desde o governo e os militares até os movimentos sociais e as ONGs locais e transnacionais— centra-se nas lutas pelo poder em que as forças globais e locais se vem inexplicavelmente entrelaçadas e de um modo tão complexo que não é possível explicar facilmente. Questões relacionadas com a representação do “local”, a compreensão a partir de um ponto de vista local das forças globais, a mobilização coletiva apoiada frequentemente por novas tecnologias, inclusive a internet (1997), as lutas de poder e os novos âmbitos de interação inéditos para todos os efeitos entre os interessados que participam no debate ambiental do Amazonas;

tudo isso adquire um novo significado teórico-prático à luz das análises pioneiras de Ribeiro. Entre outras coisas, Ribeiro se volta sobre sua antiga preocupação por mostrar pelo qual as estratégias de desenvolvimento dominantes e os cálculos econômicos não funcionam, e vice-versa, como os povos amazônicos, assim como outros da América Latina, podem constituir-se em poderosos protagonistas sociais decididos a forjar seu destino, caso lhes seja permitido usar e se beneficiar das novas oportunidades oferecidas pela dupla dinâmica local/global, derivada da condição de transnacionalidade que se abateu sobre eles.

O papel dos discursos e das práticas de desenvolvimento ao analisar processos de transnacionalidade e de cultura local constitui o núcleo do trabalho de Stacey Pigg no Nepal, pois ela utiliza o trabalho de campo e a etnografia como base para realizar uma exploração teórica continuada sobre questões-chave como saúde, desenvolvimento, modernidade, globalização e identidade. O que explica a persistência das diferenças culturais hoje em dia? Qual conjunto de histórias e práticas explica a (re) criação contínua das diferenças em localidades aparentemente tão remotas como os povos do Nepal? Explicar as diferenças, segundo Pigg, não é simples e toma a forma de relato original no qual os processos de desenvolvimento, globalização e modernidade encontram-se emaranhados de maneiras muito complexas. Por exemplo, essa autora demonstra que as noções contrapostas de saúde –xamânica e ocidental– favorecem as diferenças sociais e identidades locais. As “crenças” não se encontram contrapostas ao “conhecimento moderno”, mas ambas se fragmentam e questionam-se conforme as pessoas repensam uma certa variedade de noções e recursos sanitários.

De maneira similar, enquanto as noções de desenvolvimento são introduzidas na cultura local, Pigg nos mostra, de um modo admirável, como elas se encontram sujeitas a uma complexa “nepalização”. À medida que o desenvolvimento introduz novos sinais de identidade, os habitantes das aldeias reorientam-se nessa paisagem mais complicada, que coloca em relação sua aldeia com a nação e com o mundo; sua etnográfica mostra como as pessoas simultaneamente adotam, utilizam, modificam e questionam as linguagens do desenvolvimento e da modernidade. Cria-se, então, uma modernidade distinta, que também altera o significado da globalização. Em seu trabalho, Pigg também aponta a importância das consequências de sua análise na educação dos usuários da saúde

local, cujo “conhecimento local” –normalmente instrumentalizado e desvalorizado dentro dos programas convencionais de educação para o desenvolvimento– pode ser levado a sério como força dinâmica e real que dá forma a mundos locais (confira Pigg 1992; 1995a; 1995b; 1996).

A ecologia política –como o estudo das inter-relações entre cultura, ambiente, desenvolvimento e movimentos sociais– é um dos âmbitos-chave em que o desenvolvimento é redefinido. O trabalho de Soren Hvalkof, com os Ashenika da zona do Gran Pajonal, no Amazonas peruano, resulta exemplar a partir desse ponto de vista. Embora talvez seja mais conhecido por sua análise crítica do trabalho realizado pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL). Os estudos de Hvalkof no Amazonas abarcam duas décadas com um trabalho de campo considerável, que vai desde a etnografia histórica (Hvalkof e Veber 2005) até os modelos locais de interpretação da natureza e do desenvolvimento (Hvalkof 1989) e passa pela ecologia política, entendida como prática antropologia (Hvalkof 2000). Cabe destacar que as intervenções de Hvalkof, em coordenação com as Ashenika, foram muito importantes: para pressionar o Banco Mundial, a fim de que interrompesse seu apoio a certos planos de desenvolvimento na zona de Gran Pajonal e se dedicasse a financiar em seu lugar a adjudicação coletiva de terras aos indígenas (Hvalkof 1989; e para conseguir o apoio da Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional, a favor da adjudicação de terras entre as comunidades vizinhas, no final dos anos 80.⁶ Esses projetos de adjudicação de terras foram decisivos para inverter a situação de escravidão virtual dos povos indígenas, que existiam ali desde séculos anteriores, por parte das elites locais, e para colocar em marcha alguns processos de afirmação cultural indígena e de controle político e econômico quase inéditos na América Latina. Hvalkof destacou os pontos de vista contrastados e interativos do desenvolvimento em sua dimensão local e regional por parte

6 As organizações Ashenika obtiveram recentemente o apreciado prêmio antiescravagismo outorgado pela Anti-Slavery International, por seu plano de adjudicação coletiva de terras, no qual foi decisiva a colaboração de Hvalkof e, junto com ele, a International Workgroup for Indigenous Affairs, um grupo de trabalho internacional para assuntos indígenas (IWGIA). Hvalkof e Escobar contribuem para elaborar um plano parecido para a selva da costa colombiana do pacífico, em colaboração com artistas do movimento social das comunidades negras da região.

dos povos indígenas, dos colonos mestiços e das instituições. Fez a conceitualização da adjudicação de terras coletivas em seu contexto regional, como requisito para mudar as políticas genocidas e as estratégias de desenvolvimento convencionais; também documentou exaustivamente as antigas estratégias que os Ashenika empregavam para defender-se dos exploradores estrangeiros, desde os colonizadores do passado até os militares, os chefões da cocaína, as guerrilhas e os especialistas em desenvolvimento da atualidade e abriu vias de diálogo entre mundos díspares (povos indígenas, instituições para o desenvolvimento, ONGs) a partir da perspectiva das comunidades indígenas.

Para ressoar os antropólogos que pretendem mediar entre esses mundos, deve-se elaborar um enquadramento conceitual epistemológico e teórico muito refinado, que inclua uma explicação da função que tanto os protagonistas do desenvolvimento quanto as instituições devem ter. De outro modo, a tarefa de profissionais em antropologia para o desenvolvimento e das bem-intencionadas ONGs –que passam somente períodos muito curtos com os grupos locais– provavelmente será contraproducente para a população local. A etnografia local e regional resulta básica nesse processo, o mesmo que a clareza e o compromisso nacional e político com relação às culturas locais. Esses três elementos –um enquadramento conceitual teórico complexo, uma etnografia relevante e um compromisso político– podem ser considerados constituintes de uma antropologia do desenvolvimento diferente e entendida como prática política. O modelo teórico sobrepasa a noção de realização social que antropólogos e antropólogas para o desenvolvimento têm e procede a conceitualizar as condições de modernidade, globalização, mobilização coletiva e identidade; a etnografia deve ser baseada, então, no exame das negociações locais sobre as condições que vão além do projeto de desenvolvimento e das situações concretas. O compromisso político deve partir da premissa de alentar o desenvolvimento –inclusive quando as considerações culturais puderem contribuir para mitigar o impacto do desenvolvimento– até alcançar as condições que contribuam para o protagonismo cultural e político das pessoas afetadas.

Poderíamos dizer que esses exemplos apontam para a existência de elementos de uma nova teoria da prática e de uma nova prática da teoria no compromisso entre antropologia e desenvolvimento? Se for assim,

poderíamos extrair desses elementos uma nova visão da antropologia além da puramente acadêmica e, ao mesmo tempo, um intercâmbio mais fluido entre teoria e prática, e entre antropólogos e antropólogas situados em posições diferentes? Parece que está nascendo uma nova geração de antropólogos e antropólogas, no campo ambiental, que se encontra disposta a teorizar sobre sua prática profissional com relação a seus posicionamentos nos amplos e vastos campos de aplicação – trabalhos de campo, trabalhos em instituições acadêmicas, em instituições políticas, nos meios de comunicação, na universidade e em uma grande diversidade de comunidades– e a partir dos múltiplos papéis e tarefas políticas que podem assumir: quem intermedia, media, faz aliança, traduz, testemunha, etnografia, teoriza, etc. O desdobramento em contextos tão diferentes, com papéis tão variados e com discursos submetido a um contínuo debate poderia ser considerado o início de uma nova ética do conhecimento antropológico, entendido como prática política.

PARA UMA ANTROPOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO E DO PÓS-DESENVOLVIMENTO?

As diferentes análises do desenvolvimento consideradas até o momento –desde a antropologia para o desenvolvimento até a antropologia do desenvolvimento e o que possa surgir em seguida– sugerem que nem tudo o que foi encontrado está sujeito às ações do aparato para o desenvolvimento, nem se transformou irremediavelmente em um exemplo moderno de modelo capitalista. Essas análises propõem algumas perguntas difíceis: sabemos o que há “sobre o terreno” depois de séculos de capitalismo e cinco décadas de desenvolvimento? Sabemos ao menos como contemplar a realidade social para detectar a existência de elementos diferenciais não redutíveis aos modelos do capitalismo e da modernidade e que, além disso, possam servir como núcleos de articulação de práticas alternativas sociais e econômicas? E, finalmente, se fosse permitido nos entregar a um exercício de imaginação, poderíamos incorporar e impulsionar práticas alternativas?

Assim como indicam os estudos de Nash, Pigg, Ribeiro e Hvalkof, o papel da etnografia pode ser muito importante nesse sentido. Nos anos 80, um certo número de etnografias se centrou na resistência ao capitalismo e à modernidade em vários âmbitos, o que inaugurou o fato de que o desenvolvimento por si só encontrava resistência ativa de formas muito

variadas (Scott 1985; Ong 1987). A resistência por si só, no entanto, é apenas o ponto de partida para mostrar como as pessoas continuaram a criação e a reconstrução de seus modos de vida de uma forma ativa. Diversos trabalhos sucessivos descreveram os modelos locais de economia e de gestão do entorno natural, ainda mantidos por agricultores e comunidades indígenas. Até certo ponto, etnógrafos e etnógrafas começaram a explorar profundamente, imbuídos de conhecimentos e de práticas locais (Gudeman e Rivera, 1990; Dahl e Rabo 1992; Hobart 1993; Descola e Palsson 1996). Outra tendência, ao parecer, profícua na antropologia da América Latina, foi referida aos processos de hibridação cultural a que as comunidades rurais e urbanas necessariamente chegam, com mais ou menos sucesso, como o que se refere à afirmação cultural e à inovação social e econômica. A hibridação cultural traz à luz pública o encontro dinâmico de práticas distintas que provém de muitas matrizes culturais e temporais, como nos grupos locais, onde longe de se mostrarem sujeitos passivos das condições impostas pelas transnacionais, moldam ativamente o processo de construção de identidades, relações sociais e práticas econômicas (García Canclini 1990; Escobar 1995).

A pesquisa etnográfica desse estilo –que certamente continuará sendo praticada durante alguns anos –foi importante para trazer os debates do Terceiro Mundo em contextos de globalização e de desenvolvimento à luz. Apesar de que ainda falta muito a ser feito a esse respeito, esta pesquisa já sugere diversos modos em que os debates e as práticas da diferença poderiam ser utilizados como base para projetos alternativos sociais e econômicos. Nem a antropologia do desenvolvimento, transformada tal como foi contemplado na primeira seção deste artigo, nem os movimentos sociais do Terceiro Mundo, baseados em uma política da diferença, conseguirão acabar com o desenvolvimento. É possível dizer, porém, que juntos anunciam uma era do pós-desenvolvimento, assim como o fim do desenvolvimento tal como o conhecemos até agora, –ou seja, como um princípio organizador implacável da vida social e do árbitro em última instância do pensamento e da prática?– Existem algumas considerações finais que podem ser deduzidas dessa possibilidade, que se referem à relação entre a produção do conhecimento e do pós-desenvolvimento, apresentadas aqui como conclusão do artigo.

As análises antropológicas do desenvolvimento provocaram uma crise de identidade no campo das ciências sociais. Nesse sentido, não existem,

por acaso, muitos movimentos sociais do Terceiro Mundo que expressam aberta e claramente que a maneira em que o desenvolvimento concebe o mundo não é a única possível? Não existem numerosas comunidades do Terceiro Mundo que permitem ver por meio de suas práticas que o capitalismo do desenvolvimento, apesar de sua poderosa e crescente presença nessas mesmas comunidades, não conseguiu moldar completamente suas identidades, nem seus conceitos de natureza, nem seus modelos econômicos? É possível imaginar uma era de pós-desenvolvimento e aceitar, portanto, que o pós-desenvolvimento já se encontra (como sempre esteve) em contínua reconstrução? Atrever-se a levar a sério essas questões certamente supõe uma maneira diferente de analisar por nossa parte, com a necessidade concomitante de contribuir para uma prática distinta de representação da realidade. Por meio da política cultural que realizam, muitos movimentos sociais – desde aqueles das selvas úmidas e dos zapatistas até os movimentos de ocupação ilegal protagonizados por mulheres – parecem ter aceitado esse desafio.

O que essa mudança implica – na compreensão da natureza, no alcance e nos modos de atuar do desenvolvimento – para os estudos sobre desenvolvimento antropológico ainda não está claro. Aqueles que trabalham na relação entre o conhecimento local e os programas de conservação ou de desenvolvimento sustentável, por exemplo, estão crescendo rapidamente em direção à proposta de uma reformulação significativa da prática do desenvolvimento, que insiste que a conservação viável e sustentável somente pode ser conquistada sobre a base de uma cuidadosa consideração do conhecimento da natureza e das práticas locais sobre ela, talvez combinada com certas formas (redefinidas) de conhecimento acadêmico especializado (Escobar 1996; Brosius 1999). Pode ocorrer que nesse processo profissionais em antropologia e ativistas locais “acabem participando conjuntamente em um projeto de representação e resistência” no qual tanto a cultura quanto a teoria “se convertam, até certo ponto, em nosso projeto conjunto” (Conklin e Graham 1995). Conforme os habitantes locais se acostumarem a utilizar símbolos e discursos cosmopolitas, inclusive o conhecimento antropológico, a dimensão política desse conhecimento será cada vez mais indiscutível (Conklin e Graham 1995).

Naturalmente, não existe nenhuma solução alternativa, mágica ou paradigmática que possa ser definitiva. Atualmente parece existir

uma consciência crescente em todo o mundo sobre o que não funciona, ainda que não haja tanta unanimidade sobre o que poderia ou deveria funcionar. Muitos movimentos sociais realmente enfrentam esse dilema, uma vez que se opõem ao desenvolvimento convencional e tentam encontrar caminhos alternativos para suas comunidades, ao mesmo tempo, e frequentemente com fatores contrários. A experimentação é necessária, realizada em muitos lugares, para buscar combinações de conhecimento e de poder, de veracidade e de prática, que incorporem os grupos locais como produtores ativos de conhecimento. Como o conhecimento local pode ser traduzido a poder real e como esse binômio conhecimento/poder pode passar a fazer parte de projetos e de programas concretos? Como essas combinações locais de conhecimento e poder podem estabelecer pontes com formas de conhecimento especializadas quando for necessário ou conveniente e como podem ampliar seu espaço social de influência quando questionadas –o que costuma ocorrer com frequência– e contrapor as condições dominantes locais, regionais, nacionais e transnacionais? Essas são as perguntas que uma antropologia renovada de e para o desenvolvimento deverá responder.

A antropóloga malaia Wazir Jahan Karim afirmou sem rodeios em um artigo inspirado em antropologia, desenvolvimento e globalização a partir da perspectiva de uma antropologia do Terceiro Mundo: “o conhecimento antropológico foi gerado para enriquecer a tradição intelectual ocidental ou para despojar as populações do conhecimento do qual se apropriam? O que o futuro reserva para o uso do conhecimento social do tipo produzido pela antropologia?” (1996, 120). Enquanto a alternativa não tem que ser uma disjuntiva excludente, o que está em jogo parece bem claro. A antropologia precisa ocupar-se de projetos de transformação social se não quisermos nos ver simbolicamente dissociados dos processos locais de reconstrução e invenção cultural (1996, 124). A partir do ponto de vista dessa autora, a antropologia tem um papel importante a desempenhar na canalização do potencial global dos conhecimentos locais, que deve ser feito de forma consciente, já que, de outro modo, a antropologia poderia contribuir para transformar o conhecimento do Terceiro Mundo em algo ainda mais local e invisível. A autora apela para a reconstrução da antropologia e orienta-a na direção das representações e lutas populares, projetadas ao nível da teoria social. De outro modo, a antropologia ainda será uma conversa, em grande parte, irrelevante

e provincial entre pessoas acadêmicas da linguagem da teoria social ocidental. Para que a antropologia seja universal, ela deverá superar esse provincialismo, como indicamos no início deste artigo. Somente então a antropologia será verdadeiramente pós-moderna, pós-indígena e, também poderíamos incluir, pós-desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A ideia do desenvolvimento parece que perde parte de sua força por sua incapacidade de cumprir suas promessas, a resistência que muitos movimentos sociais e muitas comunidades a impõem debilitam sua poderosa imagem. Os autores e autoras de estudos críticos tentam, por meio de sua análise, dar forma a esse enfraquecimento social e epistemológico do desenvolvimento. Pode-se argumentar que se o desenvolvimento perde força, isso se deve ao fato de que deixou de ser imprescindível para as estratégias de globalização do capital ou porque os países simplesmente perderam o interesse. Ainda que essas explicações sejam corretas até certo ponto, não esgotam o repertório de interpretações. Se é verdade que o pós-desenvolvimento e as formas não capitalistas e de modernidade alternativa encontram-se sempre em processo de formação, cabe a esperança de que possam chegar a constituir novos fundamentos para seu renascimento e para uma rearticulação significativa da subjetividade e da alteridade em suas dimensões econômica, cultural e ecológica.

Em muitas partes do mundo presenciamos um movimento histórico inédito na vida econômica, cultural e ecológica. É preciso pensar sobre as transformações políticas e econômicas que poderiam converter esse movimento em um acontecimento nunca visto na história social das culturas, das economias e das ecologias. Tanto na teoria quanto na prática, e naturalmente em ambas ao mesmo tempo, a antropologia tem uma importante colaboração a ser feita nesse exercício da imaginação.

Para que a antropologia cumpra seu papel, ela deve ser substituir profundamente seu compromisso com o mundo do desenvolvimento, deve identificar aqueles casos em que a diferença se manifesta de um modo socialmente significativo, atuar como ponto de apoio para a articulação de alternativas, trazer à luz os contextos locais de produção de culturas e de identidades, de práticas econômicas e ecológicas que não param de surgir em comunidades do mundo todo. Até que ponto tudo isso representa desafios importantes e talvez originais para as modernidades capitalistas

e eurocêntricas? De que maneira é possível mesclar as práticas locais com as forças transnacionais? Que tipo de híbridos parecem ter mais possibilidades políticas no que se refere a impulsionar a autonomia cultural e econômica? Essas são questões importantes para algumas estratégias de produção de conhecimentos que pretendam propor de um modo autoconsciente suas possibilidades de contribuir para levá-la a um primeiro plano e para possibilitar modos de vida e construções de identidades alternativas, marginais e dissidentes. Nesse processo, talvez “o desenvolvimento” deixe de existir como o objeto não questionado que tem sido até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apfel-Marglin, Frederique e Stephen Marglin. 1990. *Dominating Knowledge: Development, Culture and Resistance*. New York: Oxford University Press.
- Baré, Jean-François. 1987. “Pour une Anthropologie du Développement Économique”. *Études Rurales*, n.º 105-106: 267-298.
- Bennet, John e John Bowen, eds. 1988. *Producción and Autonomy. Anthropological Studies and Critiques of Development*. Lanham MA: University Press of América.
- Brosius, Peter. 1999. “Locations and Representations: Writing in the Political Present in Sarawak, East Malaysia”. *Identities*, 6(2-3), 345-386.
- Cernea, Michael. 1985. *Putting People First: Sociological Variables in Rural Development*. New York: Oxford University Press.
- Cernea, Michael. 1995. *Social Organization and Development Anthropology: The 1995 Malinowski Award Lecture*. Washington, D. C.: The World Bank.
- Conklin, Beth e Laura Graham. 1995. “The Shifting Middle Ground Amazonian Indians and Eco-Politics”. *American Anthropologist* 97, n.º 4: 695-710.
- Crush, Jonathan, ed. 1995a. “Introduction: Imagining Development”. Em *Power of Development*, 1-26. New York: Routledge.
- Crush, Jonathan, ed. 1995b. *Power of Development*. New York: Routledge.
- Dahl, G. e A. Rabo, eds. 1992. *Kamap or Take-off: Local Notions of Development*. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology.
- Descola, Philippe e Gísli Palsson, eds. 1996. *Nature and Society. Anthropological Perspectives*. Londres: Routledge.
- Escobar, Arturo. 1991. “Anthropology and the Development Encounter. The Making and Marketing of Development Anthropology”. *American Ethnologist* 18, n.º 4: 658-682.

- Escobar, Arturo. 1995. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Escobar, Arturo. 1996. "Constructing Natura: Elements for a Poststructuralist Political Ecology". Em *Liberation Ecologies*, editado por Richard Peet e Michael Watts, 46-68. Londres: Routledge.
- Ferguson, James. 1990. *The Anti-politics Machine: 'Development', Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press.
- García Canclini, Néstor. 1990. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México, D. F.: Grijalbo.
- Gardner, Katy e David Lewis. 1996. *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*. Londres: Pluto Press.
- Gow, David. 1993. "Doubly Dammed: Dealing with Power and Praxis in Development Anthropology". *Human Organization* 52, n.º 4: 380-397.
- Grillo, R. 1985. "Applied Anthropology in the 1980s: Retrospect and Prospect". Em *Social Anthropology and Development Policy*, editado por Ralph Grillo e Alan Rew, 1-36. Londres: Tavistock Publications.
- Gudeman, Stephen e Alberto Rivera. 1990. *Conversations in Colombia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobart, Mark, ed. 1993. *An Anthropological Critique of Development*. Londres: Routledge.
- Hoben, Allan. 1982. "Anthropologists and Development". *Annual Review of Anthropology* 11: 349-375.
- Horowitz, Michael. 1994. "Development Anthropology in the Mid. 1990s". *Development Anthropology Network* 12, n.º 2: 1-14.
- Hvalkof, Søren. 1989. "The Nature of Development Native and Settlers View in Gran Pajonal, Peruvian Amazon". *Folk* 31: 125-150.
- Hvalkof, Søren. 2000. "Outrage in Rubber and Oil: Extractivism, Indigenous Peoples, and Justice in the Upper Amazon". Em *Peoples, Plants and Justice: Resource Extraction and Conservation in Tropical Developing Countries*, editado por Charles Zerner, 83-116. New York: Columbia University Press.
- Hvalkof, Søren e Hanne Veber. 2005. "Los Asheninka del Gran Pajonal". Em Santos, Fernando e Federica Barclay. *Guía etnográfica de la Alta Amazonia*, Vol. V. Lima: Smithsonian Tropical Research Institute – Instituto Francés de Estudios Andinos.

- Karim, Wazir Jahan. 1996. "Anthropology Without Tears: How a 'Local' Sees the 'Local' and the 'Global'". Em *The Future of Anthropological Knowledge*, editado por Henrietta Moore, 115-138. Londres: Routledge.
- Little, Peter e Michael Painter. 1995. "Discourse, Politics, and the Development Process: Reflections on Escobar's 'Anthropology and the Development Encounter'". *American Ethnologist* 22, n.º 3: 602-609.
- Mohanty, Chandra. 1991. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses". Em *Third World Women and the Politics of Feminism*, editado por Chandra Mohanty, Ann Russo e Lourdes Torres, 51-80. Bloomington: Indiana University Press.
- Mudimbe, V. Y. 1988. *The Invention of Africa*. Bloomington: Indiana University Press.
- Nash, June. 1970. *In the Eyes of the Ancestors*. New Haven: Yale University Press.
- Nash, June. 1989. *From Tank Town to High Tech: The Clash of Community and Industrial Cycles*. Albany: State University of New York Press.
- Nash, June, ed. 1993a. *Crafts in the World Market*. Albany: State University of New York Press.
- Nash, June. 1993b. "The Reassertion of Indigenous Identity Mayan Responses to State Intervention in Chiapas". *Latin American Research Review* 30, n.º 3: 7-42.
- Nash, June, ed. 1995. *The Explosion of Communities in Chiapas*. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs.
- Nash, June. 1997. "The Fiesta of the World: The Zapatista Uprising and Radical Democracy in Mexico". *American Anthropologist* 99, n.º 2, 261-275.
- Ong, Aihwa. 1987. *Spirits of Resistance and Capitalist Discipline*. Albany: State University of New York Press.
- Pigg, Stacy. 1992. "Inventing Social Categories through Place: Social Representations and Development in Nepal". *Comparative Studies in Society and History* 34, n.º 3: 491-513.
- Pigg, Stacy. 1995a. "Acronyms and Effacement: Traditional Medical Practitioners (TMP) in International Health Development". *Social Science and Medicine* 41, n.º 1: 47-68.
- Pigg, Stacy. 1995b. "The Social Symbolism of Healing in Nepal". *Ethnology* 34, n.º 1: 1-20.
- Pigg, Stacy. 1996. "The Credible and the Credulous. The Question of Villagers 'Beliefs'". *Nepal Cultural Anthropology* 11(2): 160-201.

- Ribeiro, Gustavo Lins. 1994a. *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina*. Gainesville: University of Florida Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins. 1994b. "The Condition of Transnationality". Brasília: Universidad de Brasília, Departamento de Antropologia, Serie Antropologia, n.º 173.
- Ribeiro, Gustavo Lins. 1997. "Cybercultural Politics and Political Activism at a Distance in a Transnational World". Em *Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*, editado por Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar. Boulder: Westview Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins e Peter Little. 1996. "Neo-Liberal Recipes, Environmental Cooks: The Transformation of Amazonian Agency". Manuscrito inédito.
- Sachs, Wolfgang, ed. 1992. *The Development Dictionary*. Londres: Zed Books.
- Said, Edward. 1979. *Orientalism*. New York: Vintage Books.
- Scott, James. 1985. *Weapons of the Weak*. New Haven: Yale University Press.
- Swantz, Marja-Liisa. 1985. "The Contributions of Anthropology to Development Work". Em *Anthropological Contributions to Planned Change and Development*, editado por Harald Skar, 18-33. Gothenburg: Acta Universitatis Gothenburgensis.
- Wulff, Robert e Shirley Fiske, eds. 1987. *Anthropological Praxis Translating Knowledge Into Action*. Boulder: Westview Press.